



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia primeiro de março de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência do vereador Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezesseis foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Presidente: “leitura de correspondências”. O Senhor Secretário: “Senhor Presidente, se me permite, eu vou ler o enunciado dessa correspondência que tem a ver com a Secretaria Municipal de Saúde, vou ler a primeira parte e vou pedir à secretária que copie e passe para os gabinetes, se me permite. Tem problema?”. O Senhor Presidente: “não tem problema não, ok”. O Senhor Secretário: “porque é um documento extenso”. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) “Da Prefeitura de Nova Lima. Secretaria Municipal de Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde. Boletim Semanal da Dengue. Vigilância em Saúde. Semana epidemiológica 06/2016. Nova Lima registrou um total de 948 notificações de dengue com a suspeita de terem contraído dengue no ano de 2016 (data dos primeiros sintomas em 2016). Deste total, 520 são de residentes no município. Dos 520 casos notificados de residentes, 133 já foram confirmados dengue, sendo 115 por critérios laboratoriais até o momento, 27



foram descartados e 360 estão sendo investigados. O maior número de casos confirmando está no Bairro Cruzeiro seguido pelo Cascalho e Matadouro conforme demonstrado na tabela abaixo”. 2) “Da Mesa Diretora. Nova Lima, 01 de março de 2016. Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Nova Lima. Prezados, Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima, Capítulo II, Art. 31 – item III, que traz em seu escopo como atribuição “autorizar despesas, dentro da previsão orçamentária”, a Mesa Diretora por maioria de seu representantes não autoriza a realização das obras relacionadas nos processos licitatórios 009/2016; 011/2016 e qualquer outro processo que tange as reformas desta Casa Legislativa. Sendo fato notório o agravamentos da crise econômica pela qual o nosso município vem passando, chega a ser desrespeitoso e imoral para com os nossos munícipes obras de tal grandeza neste momento. Atenciosamente. André Luiz Vieira – Vice-Presidente, Silvânio Aguiar Silva – Secretário”. O Senhor Secretário: “o Presidente não foi convidado a assinar, se ele quiser assinar”. O Senhor Presidente: “é lógico que eu não vou assinar. Quero dizer para todos presentes, para Nova Lima que essa obra da reforma da Câmara é uma coisa necessária. Eu, logo que assumi a Presidência, na primeira semana, iniciei um trabalho de levantamento. A vereadora Ângela Lima, o vereador Alessandro Bonifácio fizeram uma solicitação pedindo que tomasse as providências sobre os vazamentos do terceiro andar, do quarto andar e que... A Presidência está ciente que deve ter mais ou menos umas trinta pingueiras, e está infiltrando nas paredes, passando para o segundo. E se não fizermos essa reforma, as coisas vão piorar e os gastos, no futuro, serão maiores. Eu quero dizer que tem quinze anos que tem o problema do elevador nesta Câmara, está na Justiça, é intocável, e eu prometi para mim mesmo que eu sentando nessa cadeira de presidente, as primeiras



providências seriam colocar o elevador. Os deficientes, cadeirantes, as pessoas idosas não conseguem subir no quarto andar. Então, vou consultar o Jurídico, a obra seria iniciada amanhã, vou consultar, eu não faço as coisas fora de lei. Agora, é um absurdo, quinze anos, ninguém mover uma palha para o problema do elevador. Há reclamações, o jornalista José Cleves cansou de colocar notas cobrando o elevador nesta Casa. A lei determina que dois andares têm que ter o elevador e em nossa Câmara nós temos quatro andares e eu sofro críticas principalmente dos cadeirantes e pessoas de mais idade. Então, eu acho que não estou fazendo nada fora do normal, tudo lícitado, tudo dentro das normas legais, me preocupei o tempo todo cobrando dos funcionários da Câmara para não ter nenhum deslize. Então, está um impasse aí, eu trabalhei um ano e dois meses nessa obra para iniciarmos. Eu vou consultar, sou um homem que obedeço as leis, se tiver razão, mas eu não posso aqui na Câmara prejudicar o povo. Se diz muito em crise, é no momento de crise que nós temos que arregaçar as mangas e construir as coisas que são necessárias. Essa é a minha opinião, não vou alongar mais e nós vamos ver; não é? Está tudo legal, eu não estou fazendo nada de ilegal, como até no presente momento, vinte e três anos nesta Casa, eu nunca fiz coisas ilegais, nunca desobedei a lei. É isso que eu queria dizer. Apresentação de proposições. Solicito ao Senhor Secretário a leitura do projeto de lei...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu só preciso de um tempo como Líder do PSL, é coisa rápida. Boa noite Mesa Diretora, boa noite vereadores, boa noite público presente. Só a título de informação, Senhor Presidente, até as pessoas que estão assistindo à reunião, através da TV Banqueta, devem estar querendo saber a questão dos números de casos de dengue, de pessoas que contraíram a dengue na nossa cidade. Já chegaram a mil, trezentos e cinquenta casos, mil, trezentos e cinquenta, e as regiões com maior número



de pessoas que tiveram dengue são do centro da cidade, do Matadouro, do Cascalho, do Rosário e do Bairro Vila Passos. Eu gostaria, Senhor Presidente, que ficasse registrado também aqui na nossa Ata da reunião de hoje um cumprimento especial à Dra. Ivana. A Dra. Ivana, desde novembro do ano passado, ela liberou um recurso através do Ministério Público para fazer a... Não é restauração porque não abrangeria totalmente essa parte histórica, mas a parte mais é de reforço da estrutura da Casa Aristides. Então, a Dra. Ivana, Senhor Presidente, disponibilizou de recurso do Judiciário mais de um milhão de reais para fazer esta obra. Já tem quatro meses, essa obra não iniciou por parte do Executivo, e está correndo o risco, Senhor Presidente, de o Ministério Público tirar esta verba, deixar de beneficiar o patrimônio histórico da cidade através desse reforço na Casa Aristides, e todos quando passam lá na Praça Coronel Aristides veem a casa fechada. E interessante, Senhor Presidente, que estamos aí na cidade economizando dinheiro para poder acertar as contas e, no entanto, estamos pagando aluguel para funcionar a Casa Aristides lá em frente à antiga Pneumor, quer dizer, já seriam quatro meses sem pagar aluguel porque já poderia fazer a obra através desse recurso. Então, eu não poderia deixar de fazer este cumprimento especial à Dra. Ivana. E vamos torcer então que o Executivo faça essa licitação e faça esse reforço porque o dinheiro já foi disponibilizado, e vamos torcer para ser rápido senão nós vamos perder esta verba do Judiciário. Muito obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou dar a senhora a palavra. Eu não poderia deixar de elogiar também a doutora Ivana, já elogiei várias vezes e vou continuar elogiando pelo fato de ela ter liberado o TAC, uma obra lá nos Cristais, do posto médico dos Cristais em três milhões. No governo passado foram lá, demoliram praticamente o posto médico nosso, no bairro dos Cristais e largaram para lá, oito anos



no mandato passado, dois anos e pouco no mandato do Cassinho. Este vereador solicitou o prefeito que agilizasse aquela obra porque ela estava parada, ele disse para este vereador que não tinha sequer um real para colocar naquela obra, então eu corri atrás e a Doutora Ivana atendendo à solicitação nossa, ela liberou três milhões. O senhor não pode imaginar a dificuldade que nós temos, que a construtora está tendo para receber. É tanto entrave na Prefeitura que a medição dela, a última medição foi em novembro, a luta para liberar a medição para a construtora. É uma construtora séria, vai lá e vê o tipo de serviço que eles fazem. É uma luta tremenda, então até o dinheiro que não é da prefeitura, tem alguém lá que trava, então é difícil administrar dessa maneira. A prefeitura continua alugando uma casa lá para o posto médico dos Cristais. A construtora, a vereadora Ângela estava no ato que o prefeito autorizou, que apesar do dinheiro ser lá do Ministério Público, ele tem que autorizar e ela prometeu que a obra sairia em seis meses; mas como? Se eles não pagam, se demora? Uma medição em novembro, uma obra de três milhões, ela recebeu apenas quatrocentos mil e eu fui lá com ela, uma luta tremenda para o prefeito oferecer ela trinta mil reais. Uma obra de três milhões, oferecer trinta mil? Então, volto a dizer, a doutora Ivana é um exemplo para Nova Lima, ela está sempre colaborando com as coisas boas em Nova Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria de deixar registrado na Casa que hoje nós recebemos a visita do Secretário de Habitação, Tiago Tito, que na última reunião eu sugeri que ele viesse fazer uma visita na antessala aqui da Câmara Municipal. Ele veio, trouxe as explicações dele para os vereadores que estavam presentes e, inclusive, trouxe uma correspondência que ele pediu que fosse lida em plenário. Obrigada”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, dentro da fala da vereadora, só queria complementar, vereadora,



que ele pediu que fosse lido e que fosse registrado em Ata a carta que ele deixa na Casa”. O Senhor Presidente: “será lida. Eu quero dizer que a presença do Secretário foi uma solicitação da vereadora. Nós que somos políticos e pretendemos disputar uma cadeira nessa Câmara, nós temos que prestar muita atenção. Não tenho nada contra o Tito, quero dizer que por ser um evento da prefeitura, a prefeitura patrocinou a banda, a banda do Bloco dos Sujos, não deveria ter colocado o nome dele na camisa, é isso que eu acho. Pode ler”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só antes de ler esta correspondência, eu queria deixar em destaque que ela também está entrando fora de pauta; está bom?”. 3) Do Presidente da Corporação Musical União Operária, Sebastião de Lima Ferreira. Nova Lima, 29 de fevereiro de 2016. À Câmara Municipal de Nova Lima. Assunto: Esclarecimento sobre as camisas do Banda dos Sujos – Carnaval 2016. Prezados vereadores: Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o presente ofício para esclarecer os fatos referentes às camisas utilizadas pela banda no carnaval deste ano. Como é de conhecimento público, o carnaval deste ano foi realizado com baixo recurso do Poder Público, devido à situação financeira que o município se encontra. Nossa Corporação Musical foi contratada apenas para a prestação de serviços com os músicos. No momento da contratação, solicitamos à prefeitura que nos fosse disponibilizada ‘cordeiros’ (cordas com profissionais) e/ou seguranças para garantir a integridade e segurança dos músicos e foliões. Infelizmente, recebemos a negativa do pedido, pois de acordo com a organização, isto elevaria os custos. Diante desta negativa, analisamos que a solução seria que a banda fizesse uma camisa simples, mas personalizada, para que o folião não adentrasse entre os músicos e para criar uma barreira fictícia de separação do público. Então, fomos atrás de parceiros para viabilizar a aquisição de 120 camisas, pois a verba repassada não cobria gastos



relativos à aquisição de camisetas. Dentre alguns parceiros, conseguimos o apoio do Tiago Tito, que informou que não poderia contribuir com o valor total, mas que nos ajudaria com uma pequena contribuição. Cabe ressaltar que em nenhum momento ele nos obrigou, solicitou ou exigiu a veiculação do seu nome na camiseta. Ele, como os demais parceiros, entenderam e sensibilizaram com nossa demanda, que repetimos, era a de prover a segurança dos músicos. É o que nos cabe esclarecer. Cordialmente. Sebastião de Lima Ferreira, Presidente da Corporação Musical União Operária”.

Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.568/2016, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre o atendimento prioritário para portadores de diabetes na Rede Municipal de Saúde. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Fausto Niquini Ferreira como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente. Boa noite, Mesa Diretora, nobres colegas, público presente. É o seguinte, eu já sou Relator da Comissão de Legislação e Justiça, aí eu vou ficar com dois cargos?”. O Senhor Presidente: “nomeio Presidente Flávio de Almeida”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu até gostaria; viu Senhor Presidente?”. 2) Projeto de Lei nº 1.569/2016, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Cria o Bilhete Especial de Transporte Coletivo Urbano do Desempregado no âmbito municipal e dá outras providências”. Durante a leitura, o Senhor Secretário: “falta... No texto deve ter grafado alguma coisa errada, vereador Fausto”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “seis meses, Senhor Secretário”. O Senhor Secretário: “sim, ele me alertou aqui”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Flávio de Almeida como Relator da



Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Aproveitando o projeto do vereador que ele fala de transporte público, eu gostaria de solicitar à Presidência, à Mesa Diretora que agilizasse com a marcação da audiência pública para a gente discutir o transporte público municipal e intermunicipal em Nova Lima. Obrigada”. O Senhor Presidente: “a presidência já está tomando as devidas providências”. 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 318/2016, autoria do vereador José Guedes, que “Confere o Título de Cidadania Honorária de Nova Lima à Sra. Pastora Bruna Luíza de Souza Oliveira”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, eu queria pedir vossa excelência se eu posso participar deste projeto com vossa excelência porque a pastora Bruna, com muita felicidade hoje, eu, como Vice Presidente do PRTB, ela assinou a ficha de filiação do PRTB, então eu ia ficar muito feliz se o senhor concedesse eu assinar este projeto junto com vossa excelência, por favor”. O Senhor Presidente: “eu vou deixar e liberar para o senhor, não tem problema nenhum”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente”. Projeto encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Leci Alves Campos, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida, para emissão de parecer.

4) Projeto de Decreto Legislativo nº 319/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Dra. Elizangela Silveira Soares”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Leci Alves Campos, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

1) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.544/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Cria o



Setor da Inteligência da Guarda Civil Municipal”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Gostaria que o senhor consultasse o plenário para que este projeto possa entrar na segunda parte e ser votado na data de hoje, por gentileza”. O Senhor Presidente: “consulto os nove vereadores sobre a solicitação do vereador Flávio de Almeida. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, já consta na pauta”. O vereador Flávio de Almeida: “não, é porque houve um erro hoje. Como eu e o vereador Fausto, a gente tem estes projetos hoje, então eu fiz um pedido no Jurídico, fiz um pedido no Parlamentar, então houve um erro na confecção da Ata quando ele passa já para a segunda parte. Então, eu estou só confirmando aquilo que o Regimento diz para fazer”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “tá, mas já está em pauta”. O vereador Flávio de Almeida: “é, mas eu tenho que confirmar; não é? Eu não posso correr o risco”. O Senhor Presidente: “tudo bem. Aprovado nove votos”. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.545/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Dispõe sobre o direito à dispensa do Registro de Ponto Biométrico pelos Guardas Cíveis Municipais de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Gostaria que o senhor consultasse o plenário para que este projeto possa entrar na segunda parte e ser votado na data de hoje, por gentileza”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Flávio de Almeida. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.546/2015, autoria do vereador Fausto



Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a aplicação e divulgação periódica de pesquisa de satisfação junto aos usuários do Sistema Municipal de Saúde e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.567/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Antônio Alves Pereira”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar ao senhor que o meu Projeto também aí do veto fosse hoje para a segunda parte, 1.546/2015. Uma vez que houve um erro aí”. O Senhor Presidente: “vou consultar o Plenário sobre a solicitação do vereador Fausto Niquini. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O Senhor Presidente: “segunda parte, discussão e votação de projetos. Coloco em votação por escrutínio secreto o Veto integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.544/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Cria o Setor da Inteligência da Guarda Civil Municipal”. Solicito aos vereadores Alessandro Bonifácio e Leci Campos para atuarem como escrutinadores na votação do Veto do Projeto de Lei nº 1.544/2015”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário e que essa votação ao invés de ser em escrutínio secreto, ela fosse a votação aberta, por gentileza”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, eu gostaria de ratificar a solicitação do vereador soldado Flávio para que esses Vetos fossem votados hoje em regime aberto e mesmo porque, Senhor Presidente, logo nos primeiros dias de mandato meu aqui nesta Casa Legislativa, tem um requerimento meu aí, que era para a extinção do voto secreto nesta Casa. Mesmo porque poderia também ser um exemplo aqui, uma vez que a Câmara dos Deputados, já há bastante tempo, está extinto o voto secreto.



Então, fica aqui também a minha solicitação. Eu acho que tem que acabar com esse negócio de voto secreto, voto escondido. Dá a cara, vota aí...”. O Senhor Presidente: “solicitar...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vou solicitar...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente, antes que o Senhor coloque em votação, eu quero manifestar o apoio à abertura do voto, como sempre eu votei com o vereador Fausto quando ele colocou e sou favorável ao voto aberto. Mas nesse caso hoje, em específico, eu quero fazer uma proposta aos dois autores dos projetos. Eu já votei os dois projetos, portanto, eles foram aprovados nesta Casa, não tem porque eu votar um veto, mas na situação que está aqui, se o projeto entrar hoje, eu peço vista, eu vou votar contra. E se eles quiserem um acordo, eu vou pedir vista e me comprometo votar na semana que vem, porque a pauta está viciada de erros. Ela tem vício na primeira leitura, onde fala que o projeto é 1.544/2015, na realidade ele é 2016. Quando fala se pode corrigir, quando escreve fica difícil. O 1.545/2015, também fala... Ele é 2016, também fala 2015”. O vereador Leci Alves Campos: “não, ele é de 2015”. O vereador Gilson Antônio Marques: “na leitura do Secretário está 2016”. O vereador Leci Alves Campos: “mas é 2015”. O Senhor Presidente: “mas nós podemos fazer uma correção, isso não tem problema nenhum”. O vereador Gilson Antônio Marques: “para além disso, ele tem outro erro, que consultar a votação para o dia em questão é um direito do parlamentar, colocar na Ata é contra o Regimento e ele já está... Na Ata não, na pauta. Ele já está na pauta quando, na realidade, ele teria que estar entrando para parecer. Se o vereador consulta o Plenário e ele entra em votação, é legítimo; se ele entra na pauta, está atropelando o Regimento. Então, eu tenho duas propostas para fazer: ou eu voto contra hoje, não vou votar a pauta errada, ou eu peço vista e me comprometo



o voto com a classe da Guarda Municipal, que eu já votei a favor, não há porque votar contra na próxima semana; mas nessa pauta errada, eu não votarei”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer para o senhor que a pauta foi corrigida, foi dito aqui, eu coloquei em votação, o Plenário é soberano, eu tenho que atender o Plenário. Então, o Plenário concordou nos três vetos. Então, eu quero dizer para o senhor que... Repetir novamente que foi corrigido sim, pode conferir a gravação. Com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, será que o Senhor poderia suspender a reunião durante três minutos?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Flávio de Almeida: “só para eu conversar com o Gilson”. O Senhor Presidente: “está suspensa, atendendo à solicitação do vereador Flávio, por três minutos, a reunião”. Após reinício da reunião, o Senhor Presidente: “Alessandro e Leci para atuarem como escrutinadores na votação do veto de...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “1.544/2015”. O vereador Flávio de Almeida: “eu queria que o Senhor consultasse o Plenário para que... Eu e o vereador Fausto, para que a votação fosse em aberto”. O Senhor Presidente: “eu vou consultar”. O vereador Flávio de Almeida: “por favor”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Flávio de Almeida para que a votação seja aberta. Quero dizer para o meu colega Fausto Niquini que há muito eu venho lutando nesta Câmara, que outrora o voto aqui na Câmara era aberto. Então, eu também sou contra o voto fechado porque o voto fechado é, na maioria das vezes, a traição. Então, o voto aberto é olho no olho e o vereador tem direito de votar a favor ou contra e abster do voto. Solicito ao Alessandro... Sim... Colocar em votação a solicitação do vereador Flávio de Almeida sobre a votação aberta. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por nove votos. Segunda parte aqui eu já li, solicito aos vereadores...



Primeira e única votação, Projeto de Lei nº 1.544/2015, autoria vereador Flávio de Almeida, que “Cria o Setor de Inteligência da Guarda Civil Municipal”. Em votação o veto do... O veto”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “os vereadores...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para a gente deixar claro aqui, Presidente, esclarecer até para as pessoas que estão assistindo, gostaria que o Senhor fosse bem didático na explicação para explicar, por exemplo, quem for a favor de manter o veto do prefeito permanece como está. Aí, todos que estão assistindo vão entender qual vai ser a votação de cada membro aqui, cada vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me permite um aparte? Eu queria sugerir ao Presidente, já que o voto é aberto, que fosse nominal pelo menos; não é?”. O Senhor Presidente: “o senhor faz a chamada e eu coloco em votação. Não tem problema”. O Senhor Secretário: “então, eu vou começar pelo vereador... Oi? Vou começar pelo vereador Flávio de Almeida, então”. O Senhor Presidente: “o vereador Flávio vai fazer a votação”. O Senhor Secretário Silvânio Aguiar Silva: “sim, é contra o veto ou a favor do veto; perdão”. O Senhor Presidente: “nominal, contra o veto ou a favor do veto”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, antes de a gente falar sobre a votação, é dizer que não existe inconstitucionalidade nenhuma. A inteligência no Brasil começou em 1999, com a lei 9.883. E com a municipalização, se cria a inteligência em cada cidade, isso é a inteligência. A inteligência é exatamente a gente trazer um acontecimento, saber que ele vai ocorrer, preparar a tropa para isso. Isso é a inteligência de uma fração, de um grupamento, que André e Fausto conhecem muito bem. Eu voto contra o veto”. O Senhor Secretário: “vereador Gilson Antônio Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “como já colocado, eu tinha duas opções: ou pedir vistas ou votar contra. O vereador me pediu que não pedisse vista, vou respeitá-lo, vou



votar contra, a favor do veto”. O Senhor Secretário: “ok”. O vereador Gilson Antônio Marques: “porque a pauta está errada, não há inconstitucionalidade no projeto, mas essa pauta está errada. O jurídico desta Casa falhou e eu não vou compactuar com isso”. O Senhor Secretário: “vereador Silvânio Aguiar. Senhor Presidente, eu já havia me manifestado com o vereador Flávio, eu voto a favor do veto do prefeito”. O Senhor Presidente: “próximo vereador”. O Senhor Secretário: “vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Guedes: “voto contra com muito prazer, vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. O Senhor Secretário: “vereador André Luiz Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu voto contra”. O Senhor Secretário Silvânio Aguiar Silva: “vereador Leci Alves Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “entendendo que não procede o veto, eu voto contra o veto”. O Senhor Secretário: “vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “eu voto a favor da Guarda e contra o prefeito, contra o veto”. O Senhor Secretário: “vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu voto a favor do veto do prefeito e discordo do vereador autor da proposta, quando ele fala da não inconstitucionalidade. O meu voto a favor do veto é em cima da inconstitucionalidade”. O Senhor Secretário: “vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “boa noite a todos. Primeiramente, eu queria parabenizar o vereador Flávio de Almeida. Esse final de semana, eu estava em casa e minha esposa me mostrou um vídeo. Domingo, eram umas dezenove horas, dois assaltantes assaltando a lanchonete Meridional ali. Falei: ‘é gente, está difícil demais’. Porque, Nova Lima, se não tivesse esses noventa e dois homens da Guarda Municipal, juntamente com as mulheres; não é? Nós estávamos mais perdidos ainda. Então, eu quero parabenizar, vereador, Soldado Flávio, eu tenho certeza de que esse projeto de inteligência da



Guarda Municipal vai somar muito para o nosso município de Nova Lima, porque esses Guardas Municipais... A nossa sorte ainda, da criminalidade, eu sei muito bem do trabalho da Polícia Militar e da Civil, mas se não fossem os Guardas Municipais, Nova Lima estaria perdida. Então, eu voto contra o veto do prefeito e quero aqui parabenizar vocês, Guardas Municipais, por esta dedicação, sei que vocês não têm munição armada, que já foi aprovada também pelo vereador Flávio de Almeida, mas vocês dedicam, vocês que têm família, pelo município de Nova Lima. Quero aqui aproveitar que está em massa a Guarda Municipal e parabenizar vocês e que Deus abençoe vocês. Falam que o salário de vocês é muito bom, mas não é não, para enfrentar essa criminalidade que está hoje, vocês são de coragem. E orgulho da família de vocês e orgulho de Nova Lima. E hoje, como representante do povo nova-limense, eu quero aqui parabenizar vocês por esse grande trabalho que vocês vêm desenvolvendo em Nova Lima, com dedicação, com respeito, sem olhar vaidade, sem olhar nada. Olhar o povo de Nova Lima, que são as nossas crianças e o futuro de Nova Lima. Então, parabéns, vereador soldado Flávio. Secretário, eu voto contra o prefeito e a favor da Guarda Municipal. Muito obrigado, boa noite”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de fazer um pequeno relato. Eu... Quando foi fundada a Guarda, eu já era vereador. Quero parabenizá-lo. Eu sou a favor da Guarda há muitos e muitos anos atrás, que ela seja uma Guarda armada, que eu sei também, já presenciei fatos, o que vocês passam no dia-a-dia. A Guarda tem que ser treinada e ela tem que ser armada. E é de estarrecer quando aparecem aqui para votação três projetos os quais o prefeito vetou, que são coisas boas para a cidade e coisas que não deveriam ser vetadas. Parabéns, vereador Flávio, mais uma vez o senhor fez um grande benefício para a Guarda. Com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “resultado da votação: seis votos contra o veto, três



votos a favor e um voto ausente”. O Senhor Presidente: “o veto foi derrubado por seis votos a três”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Agora que já foi votado, pelo menos por esta Casa; não é? Já foi votada a criação do Setor de Inteligência, eu, se eu fosse Executivo, ao invés de vetar a criação do setor de inteligência, eu teria criado um setor de inteligência da cidade inteira, quem sabe a cidade não estaria nesse caos que está”. O Senhor Presidente: “coloco em votação o Veto integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.545/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Dispõe sobre o direito à dispensa do Registro de Ponto Biométrico pelos Guardas Civis Municipais de Nova Lima”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vereador, eu gostaria de fazer um relato também. Eu fico sem entender como o prefeito veta o ponto biométrico. Um Guarda, não vou me alongar, um Guarda está lá em Macacos, ele está lá no Jardim Canadá e em outros lugares, distante do local do seu trabalho, será que ele tem que sair lá e bater ponto? E largar a sua função? Então, novamente, eu acho que o prefeito Cássio Magnani errou”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, novamente, eu vou insistir de novo, porque o direito é algo muito interessante; não é? É tanto que todo ano formam diversos e diversos alunos do direito; não é? Bacharéis; não é? Que vão ser futuros advogados. É porque o entendimento é algo que cada um tem o seu entendimento. Vejam bem, vocês não vão ver uma instituição fardada batendo cartão. Não vão ver a Polícia Militar, não vão ver o Corpo de Bombeiros, não vão ver a Polícia Civil, a Polícia Federal, porque não existe como. Imagina a Praça Quatro Elementos nesse exato momento, ela deve estar há quinze dias; não é? Tudo apagado; não é? Tudo apagado. Aí eu até consigo entender vetar um projeto desse, porque não preocupa com uma praça, tudo apagado, não preocupa com a segurança ali. Imagina o Guarda tendo



que bater cartão às dezenove horas, ele tem que sair que horas do Jardim Canadá? Então, com todo o respeito, sei que o prefeito foi um grande vereador, reconheço isso todo momento, mas eu acho que como prefeito ele está sendo mal assessorado, porque quando diz que é inconstitucional, a gente fica assustado. Será que o Estado, o Governo Federal vai permitir algo assim? Polícia Rodoviária Federal, se fosse inconstitucional? Não é. É porque é impossível de pegar alguém que faz uma ocorrência, colocar para bater cartão. Então, uma chamada é por isso, a chamada é exatamente por isso. E não tem algo pior, vamos dizer assim para nós que saibamos o que é isso; não é? Saber que tem um superior hierárquico já fazendo uma chamada, não permite o atraso, não existe. Doutor Fausto serviu o Exército, Pastor André serviu, nós sabemos disso, não existe. Então, quando fala da inconstitucionalidade, eu volto a entender só isso, quando você vê uma praça, rua do cemitério naquela situação, que viatura está agarrando lá para passar nos buracos, a gente entende. Se não consegue entender porque segurança pública, não consegue entender que iluminação pública faz parte do contexto, aí eu até entendo quando diz inconstitucional. Eu volto de novo a pedir à Casa, que reconheço, sei que cada um vota com a sua consciência, mas eu gostaria de pedir à Casa que, em nome da Guarda Municipal, a gente quebre o veto novamente. Agradeço”. O Senhor Secretário: “primeiro voto, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “contra o veto”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “esse eu tenho mais uma dúvida, além da pauta que eu já disse, como vai computar as horas extras dos Guardas? Que é uma classe que trabalha muito e a gente sabe disso, se não tem o ponto. Está isso no projeto, senhor vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “não, porque o... A chamada é exatamente isso, em qualquer momento que ele chegar, lá tem um superior, um inspetor. O inspetor está lá



para fazer a chamada, computação é essa. A reclamação hoje do Executivo, eu até falei para a Ângela que eu não ia discutir isso aqui, é sobre algumas ações que os Guardas entraram. Mas ação, a gente entra com uma ação, ela vem, o governo rebate ela e vai assim por diante; não é? Mas o pior não é isso não, a inconstitucionalidade está num outro nível, é quando o Executivo não rebate isso, é quando ele deixa, vence o prazo, deixa prazo passar. Então, a gente não pode nem discutir sobre hora-extra por isso, porque... Agora que tem um controle, tem. Eu fui secretário lá, tem. A gente consegue controlar exatamente com a maior perfeição do mundo. Não tem erro”. O vereador Gilson Antônio Marques: “senhor vereador autor do projeto e nobres colegas, veja bem qual a situação. A Guarda Municipal, ela própria, o próprio corpo da Guarda, há divisões de satisfações, tem gente satisfeito com a gestão da Guarda e tem gente insatisfeito com a gestão da Guarda. A gente anda na rua aí, não precisa perguntar não, alguns deles chegam para falar. E aí eu vejo um risco muito grande por que... E os favorecidos? Quantas horas vão receber? E os desfavorecidos? Então, eu vou continuar a minha posição, voto contra, a favor do prefeito”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Silvânio Aguiar. Antes de fazer esse voto, Senhor Presidente, nós temos hoje, salvo me engano, três projetos dessa natureza ou quatro, tem um ainda que vai vim, só mais um; não é? Então, hoje nós temos três projetos dessa natureza, eu, desde o início já tinha falado com o vereador Flávio. Eu tenho pessoas que admiro e que trabalhei com eles, inclusive, na Guarda Municipal, são pessoas que eu respeito e respeito o trabalho desses profissionais. O que eu coloco aqui não tem nada a ver com o discurso se o Guarda está trabalhando, se não está trabalhando, até porque se a Administração quiser pagar hora para a pessoa, quando chegar, ele bate o cartão e depois faz o controle, a mesma coisa que uma chamada. Bate o... Faz o controle biométrico lá, termina o serviço



dele porque, teoricamente, ele tem que terminar o serviço é no posto de trabalho dele, eu acredito que seja assim, posso estar falando uma besteira, mas eu acredito que ele... Vamos imaginar: o sujeito está trabalhando lá no Jardim Canadá, terminou o serviço dele, muito possivelmente ele tem que trazer o carro para a Guarda ou alguma coisa semelhante a isso. Eu acredito, posso estar falando uma grande besteira aqui. Feito isso, deixado o carro lá, deixada a farda, o que tiver que fazer, ele vai lá, bate o cartão dele e depois faz essa computação normalmente. Eu não consigo perceber onde que está o prejuízo da Guarda bater cartão... Bater ponto ou não, afinal de contas, a maioria dos trabalhadores brasileiros batem ponto, então... Senhor vereador, eu vou só terminar. E eu não sou contra...”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte?”. O Senhor Secretário Silvânio Aguiar Silva: “concedo assim que eu terminar, por favor. Eu não vejo problema nenhum com relação a isso. Então, mais uma vez, eu quero manifestar o meu respeito à Guarda Municipal, ao trabalho que eles prestam na cidade de Nova Lima, ai de Nova Lima se não fosse o Guarda Municipal que em muitos casos enfrenta o bandido quando ele tem que proteger o cidadão nova-limense e proteger o patrimônio público, o que a gente tem. Bom, posto isso, posto que eu respeito esse povo e acredito que eles não estão perdendo direito nenhum quando não bate o ponto, posto meu respeito a eles, a minha fala, desde o primeiro momento, habita sim, vereador Flávio e vereador Gilson, que fala da inconstitucionalidade do projeto. Ele não é inconstitucional, vereador, igual o senhor está explicando para as pessoas aí, e que talvez leve as pessoas a acreditarem que tenha sim um fundo de verdade no que o senhor está falando, já que no Governo do Estado é assim, no Governo Federal é assim, no Corpo de Bombeiros é assim, não é nesse caso que eu estou falando da inconstitucionalidade não. Não é o bater o ponto que tem a ver com a



inconstitucionalidade. A inconstitucionalidade que eu me refiro aqui, ela está clara na legislação brasileira, na nossa lei máxima, é da iniciativa do projeto de lei, é uma iniciativa de projeto de lei que ela não tem que nascer nesta Casa, ela tem que nascer do Executivo. O prefeito pode até aceitar uma lei com vício de iniciativa, não tem problema nenhum, o vereador pode fazer, igual a gente já fez várias, o senhor fez uma aqui que a gente debateu muito sobre ela, chega no prefeito, o prefeito acha que está beleza, ele assina, ele promulga a lei e, ao fazer isso, ele quebra o vício de iniciativa dela. Agora, se ele vetar, o vício de iniciativa não deixa de existir. Então, eu respeito as pessoas e o que eu vou favorável ao prefeito aqui é com relação à iniciativa, não tem nada a ver com Guarda Municipal, parabéns para eles que trabalham muito, continuam merecendo o meu respeito, mas aqui eu não estou analisando comportamento, quem sou eu para fazer isso. Eu estou analisando aqui o vício de iniciativa da lei e vou votar sim, o vereador Fausto me perguntou, alguém falou assim: 'o voto vai ser aberto'. Eu falei assim: 'ótimo, dá para eu mostrar para esse povo, eu vou ter a oportunidade de colocar para eles o porquê que eu estou fazendo isso'. Nada contra o Guarda Municipal, parabéns, continue trabalhando. Acredito que esse veto do prefeito não passe, não vão precisar de bater ponto, mas não vai ser com a minha anuência de um vício de iniciativa de lei na Casa, é só nesse sentido, Senhor Presidente. E vou conceder ao vereador, companheiro do partido, vereador Flávio de Almeida, um aparte na fala que ele me pediu". O vereador Flávio de Almeida: "é só dois pontos de vista; não é? O primeiro que não tem prejuízo para a Guarda não, nós podemos bater o cartão. O prejuízo é para o povo, o prejuízo é para Nova Lima. Quando está no bairro Jardim Canadá, Macacos, Honório Bicalho, que o Guarda tem que vim às dezenove horas bater cartão. Ao falar, Dr. Fausto, Leci, Pastor André e vereador José Guedes, é falar para o povo, por



exemplo, que tem que vim passar o seu cartão. O prejuízo é só para o povo. E quando fala da iniciativa é um pouco preocupante. Aí eu consigo entender porque que o Poder Legislativo, com o passar do tempo, faz tão pouco, é o entendimento. Nós não podemos sim, projetos de natureza financeira, momento nenhum eu falo de finanças aqui não, eu não. Eu não repliquei no meu projeto finanças aqui não. O que eu repliquei, exatamente, a chamada. O que é? Quando você faz a chamada, você dá ao Guarda a oportunidade de estar saindo do Jardim Canadá e encerrar uma ocorrência normal, sem dificuldade. Então, é só ponto de vista mesmo. E eu acho que a Casa, o Poder Legislativo, ele tem que voltar a ser o Poder Legislativo de verdade, aquele poder que representa o povo. Por isso que aqui é a Casa do povo, é onde a discussão é ampla e onde nós conseguimos ter um entendimento diferenciado ou então nós vamos continuar seguindo um monte de cabeça de bagre em Nova Lima. Talvez seja por isso que a cidade não consegue tampar um buraco. Deve ser por isso que o Jardim Canadá, nesse exato momento, deve estar tendo assalto na praça ou a rua do cemitério está cheia de buraco, com dificuldade de o povo passar. Aí eu consigo entender tudo isso, eu consigo entender esse planejamento mal feito. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “concedo um aparte ao vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “pois é, eu queria fazer coro com parte da fala de Vossa Excelência quando valoriza o serviço da Guarda. Realmente, é de extrema importância para a cidade e como eu disse aqui em outras categorias não é diferente, no político, na medicina, na polícia, na Guarda, no servidor público de modo geral, no pedreiro, todo lugar tem o trigo e tem o joio, isso é inevitável, infelizmente, em toda a esfera nacional. Nós temos aqui muitos prestadores de excelentes qualidades, mas eu vejo um Q nessa questão... Eu não vejo, vereador Flávio, vou até citar o nome do



senhor, que o senhor pode explicar, quando você libera... Onde está, na Constituição Brasileira, que é proibido o Guarda que está no meio de uma ocorrência e vence o horário dele, de ele prorrogar a ocorrência e receber a hora trabalhada? É um direito dele. Agora, quando o Executivo corta, se ele estiver cortando, ele está cortando indevidamente. E se isso estiver acontecendo, é caderneta de poupança para o Guarda, não tem o menor problema. Eu acho que ele pode perfeitamente bater o ponto e na hora que ele estiver numa ocorrência lá, se findar o tempo dele, ele prorogue. A própria ocorrência é a justificativa para a hora extra dele. Ele pode bater o ponto a hora que ele quiser, a hora que ele bem entender que o serviço dele acabar, quando ele quiser, que ele puder justificar. É aquilo que eu disse aqui, semana passada, com relação à Lei 8.666, é outro assunto na mesma área, que o Secretário não faz licitação para a manutenção e fala que é difícil porque não sei o que, não sei o que. Isso não existe. Se você pegar a Lei 8.666 de 1964, no parágrafo nove dela, ela vai dizer que o município pode e deve comprar tudo aquilo que ele necessita, desde que ele possa justificar para que e onde ele está empregando aquilo, ainda que seja sem licitação. Está lá, eu não fiz a lei, a lei está lá. Ela é de 69, salvo engano, no artigo 9 da Lei 8.666, 69 ou 64, salvo engano. Então, eu não vejo porque. Eu acho que é mais legítimo ele bater o ponto e receber a hora legítima que ele trabalhou porque ele não é obrigado a deixar a ocorrência não. Eles não têm feito isso. Agora, quando ele trabalha e o prefeito não paga, seja o prefeito que está aí, o que passou ou o que virá, banco de horas para ele. Banco, caderneta de poupança para ele. Então, entra na justiça e recebe, é direito dele. E eu acredito que o prefeito não pode ser tão arbitrário e não pagar uma hora que o servidor está fazendo. Eu vejo aí: 'ah, não é autorizado fazer'. Beleza, está em crise, não é autorizado fazer, mas havendo uma necessidade, prevalecem os anseios do município.



Então, tem que ser feito, não tem duas conversas. Muito obrigado”. O Senhor Secretário: “senhor vereador, eu quero só... Para terminar a minha fala, eu recebi duas mensagens nesse momento, aqui agora, estão no meu computador, no meu telefone. Eu acho muito interessante; sabe, vereadora Ângela? Eu já votei contra o prefeito, fiz discurso contra o prefeito aqui várias vezes, quando isso era bom para a cidade. Se é contra a cidade, eu vou continuar fazendo esse meu discurso. Agora, eu penso que a gente, sentado nessa cadeira, Gilson, ser ameaçado para votar uma lei dessa, eu acho assim, é um absurdo; sabe? Eu fico pensando qual que é o papel do vereador e qual que é o papel da população quando eu, ao expor o meu pensamento, mais uma vez eu falo, respeito cada Guarda que está aqui e entendo a importância desses Guardas para a população de Nova Lima. A única coisa que eu não posso aceitar é que eles não me respeitem, se eu estiver dentro da lei. Se eu fizer alguma coisa errada, me prendam, façam o que tiver que fazer, mas se eu estiver dentro da lei, eu espero, no mínimo, respeito. E eu tenho certeza é uma meia dúzia de quem não sabe do que está falando e que faz isso que fizeram aqui agora, nesse momento. É gente que não sabe o que está falando. Eu respeito os Guardas Municipais, respeito o trabalho dos Guardas Municipais e penso que aqui... E penso que aqui eu voto de acordo com a minha consciência e sou totalmente a favor da fala do senhor, se o cara estiver no Jardim Canadá, atendendo uma ocorrência e vim embora, e isso for determinação da Administração Municipal, aí sim, aí o vereador tem que entrar em cena mesmo e cobrar da Administração que não faça isso porque é lógico e evidente, é inaceitável você estar numa ocorrência, sair da ocorrência para vim: ‘ah, não, eu vou embora porque eu tenho que bater o meu cartão’. Espere aí, tem alguma incoerência nisso. Aí eu, enquanto vereador, tenho que cobrar da Administração esse erro feio mesmo. Agora, por um outro lado, já que trabalham de



acordo com a CLT, o que garante aos Guardas, é lógico, evidente, a lei garante, o que garante aos Guardas receber essas horas extras com a devida... O respeito ao que eles fizeram, é justamente o registro do ponto. Então, eu não vejo assim, sinceramente, fico abismado quando vejo certos comentários fazendo assim... Eu voto de acordo com a minha consciência, fiz questão que o voto fosse aberto para todo mundo saber que eu estou votando de acordo com o que eu li na lei, da legislação, e que eu acredito. E vai ser assim”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mais um aparte, senhor vereador?”. O Senhor Presidente: “a votação está com o senhor. O voto...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Eu, o meu voto é favorável ao veto, eu já tinha votado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu solicitei mais um aparte na fala do senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, vou ceder o aparte ao senhor”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu quero só findar a minha fala aqui dizendo que tudo isso que eu disse está vinculado ao seguinte: o poder público de qualquer esfera, enxugar a máquina é um dever dele, negligenciar o serviço público não e quando o servidor faz a hora e não recebe é negligência. Então, eu acho que ele tem mesmo que bater o ponto e receber aquilo que é justo. Se ele trabalhou doze horas, vinte e quatro, trinta horas, se ele aguentar e tiver justificativa, se ele tiver como provar que ele trabalhou, ele tem que receber, e o caminho certo de provar é o cartão de ponto. Muito obrigado”. O Senhor Secretário: “próximo voto, vereador...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu fui citado”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “são só por duas coisas, é... Eu, às vezes, eu acho que é por desconhecimento mesmo, não é por maldade. É que o cartão, o ponto biométrico, ele é programado: seis as dezoito, sete às dezenove. Ele não tem o dezenove e quinze, dezenove e vinte, não tem. Se tem, então eu estou errado e toda a Guarda está



errada. Depois que o banco de horas, ele foi banido no acordo coletivo. Então, a gente, é só dizer para os senhores que eu até entendo, entendo cada voto. Ainda brinquei com o meu companheiro, que a gente brinca muito aqui, negócio de voto aqui, respeito todos os votos, o contra, o a favor, a família Guarda Municipal respeita todo mundo também. É tanto que amanhã vai atender todo mundo também, todo vereador que precisar, não existe isso na Guarda. A Guarda foi preparada para não ter essas coisas, ela sabe separar muito bem a votação, muito bem o acordo. Vou voltar a dizer para os senhores que eu dependo dos senhores nesta noite e a família Guarda Municipal também depende. Não vou entrar na discussão do mérito. Cada um tem uma opinião, cada um... Não é? Mas eu gostaria, assim, de poder contar com o voto dos senhores. Vou voltar a insistir de novo, a família Guarda Municipal, nós precisamos de seis votos hoje para atender melhor a nossa cidade. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereador, o senhor me concede um aparte?”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu pedi um aparte”. O Senhor Presidente: “o senhor concedeu?”. O vereador Flávio de Almeida: “vou conceder”. O vereador Gilson Antônio Marques: “pois é, eu fiz a minha proposta aqui no princípio; não é? E eu estou cumprindo a proposta que eu fiz, nada contra a Guarda Municipal. Mas o que eu vejo nisso tudo aqui: o ponto biométrico, ele é um computador, nada mais do que isso, e por trás de um computador tem sempre um programador, então que o município vai lá e programa a extensão de jornada dele para o Guarda Municipal, aí eu acho justo. Não tem esse negócio de sete às dezoito e seis às dezoito não...”. O vereador Flávio de Almeida: “hoje é assim”. O vereador Gilson Antônio Marques: “abre, então ele tem que abrir”. O vereador Flávio de Almeida: “hoje é assim, eu não posso mudar isso não”. O vereador Gilson Antônio Marques: “pois é, mas o Poder Executivo pode”. O vereador Flávio de Almeida: “eu só



sou vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “ele tem que abrir, existe a demanda; existe a demanda, ele tem que abrir; existe a demanda. Nós acabamos de discutir aqui que se ele está numa ocorrência, ele não pode parar, se ele não pode parar, ele tem que concluir, se ele tem que concluir, ele tem que receber. A minha colocação não é que o Guarda Municipal trabalhe de graça não, é que ele trabalhe e receba pelo serviço dele e que sirva de segurança para ele o ponto biométrico, mas com a flexibilidade do horário de bater, e isso o Poder Executivo pode fazer, pode e deve fazer na opinião deste vereador, porque ele é um computador, portanto ele tem um programador por trás dele, vai lá e re programe”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O Senhor Secretário: “próximo voto, vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Geraldo Guedes: “voto contra com muito prazer”. O Senhor Secretário: “próximo voto, vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu queria só dizer que está parecendo, e eu sei que não é a intenção, de que a gente está votando pela hora extra dos Guardas Municipais, eu não vejo dessa forma. Eu vejo que a Guarda Municipal é um órgão do município, diferente até da Polícia Militar e da própria Polícia Civil que estão ligadas diretamente ao Estado, a Guarda Municipal está ligada ao Prefeito, ela está debaixo da tutela do Prefeito diretamente por meio de seu Secretário. Aí é uma questão de administração e de responsabilidade do próprio prefeito, eu vejo dessa forma, eu entendo dessa forma, com ponto ou sem ponto. Quem tem que medir, mensurar a qualidade do serviço prestado e mudar as peças, se for necessário, se perceber que está havendo algum tipo de manipulação ou de malandragem no tocante às horas extras, é o próprio prefeito porque a Guarda Municipal não é independente. A Guarda Municipal não é independente, o Comandante da Guarda Municipal não é independente, ela não tem dono, ela é do município e o município está sob a tutela do Prefeito e a Guarda



Municipal está sob a tutela do Prefeito. Então, com ponto ou sem ponto, eu acho que é realmente isso daí. Se bater o cartão e não bater, o Comandante da Guarda é que vai avaliar, e o Comandante da... Aí vamos lá, se está havendo... Vou falar um português bem claro, ah, se está havendo aí uma malandragem, digamos assim, para poder ganhar hora extra, os Guardas... Ué, então você vai no cabeça, no Comandante porque a Guarda não é independente, ela é um órgão ligado ao prefeito municipal, eu vejo dessa forma, por isso que eu não vejo problema nenhum a dispensa do ponto biométrico porque eu entendo essa necessidade também, eu vejo por outro lado, eu vejo pela preocupação, porque eu não sei de que forma isso está sendo cobrado pelo Comandante, a preocupação do sujeito em não ser chamado atenção, caso ele passe do horário. Eu quero crer que a questão está sendo colocada mais por conta dessa situação do que propriamente para poder aumentar aí a questão dos valores através de hora extra. Então, por isso, eu sou contra o veto”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Leci Alves Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “o meu voto foi muito bem estudado considerando dois pontos aqui do projeto de lei de autoria do vereador Soldado Flávio. É o artigo terceiro, onde diz que serão chamadas nominais dos Guardas ao Comandante e se não estiverem alocados na Secretaria de Segurança, que eles sim teriam ponto biométrico. Eu acho que hoje a nossa população sempre cobra segurança, segurança, segurança. Então, esse é o momento, pelo menos da minha parte, de valorizar a segurança, de levar as pessoas que trabalham com segurança a focar mais o seu trabalho para a segurança da nossa cidade, que infelizmente todos momentos estamos recebendo notícias de assaltos, de violações e de coisas erradas na cidade. Então, se existe um Comandante que vai trabalhar com a chamada, ele foi nomeado para supervisionar uma equipe, então eu acho que aí, com certeza, o ponto



poderia ser abolido nesse caso. E com relação à hora extra, não quer dizer por que tem o ponto que essa hora extra existe, porque perante o Ministério do Trabalho até uma testemunha dá o direito à hora extra, então isso não envolve, com certeza. Então, eu, em defesa da segurança, eu sou contra o veto”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu voto contra o veto do prefeito. Já fui, fui não, sou militar da reserva, eu convivi por quatro anos nas casernas e sei muito bem o que é ser militar e eu acho que o militar, ele já sai de casa, hoje principalmente, ele sai de casa, dá um beijinho na esposa, dá um beijinho nos filhos e não sabe se volta. Então, eu acho que tudo que vier para valorizar, para ajudar, para contribuir com essa família, eu acho que será de bom grado. Por isso eu voto... Principalmente o Serviço de Inteligência. Até nesta Casa, Senhor Presidente, deveria ter um Serviço de Inteligência para auxiliá-lo, então eu acho que... Eu acho que será bem vindo e vocês merecem; tá? Tudo que vier para contribuir para o bem-estar e conforto de vocês; não é? Porque é uma profissão que não é fácil, vocês sabem muito bem disso. Então, eu voto contra o veto”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O Senhor Secretário: “voto da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu voto a favor do veto do prefeito e quero justificar o meu voto. Eu não estou votando aqui contra a Guarda Municipal, de maneira alguma eu estou votando contra a Guarda Municipal. Eu estou votando num projeto de lei que o próprio parecer diz que extrapola as funções do Legislativo, foi o que o vereador Silvânio colocou. A inconstitucionalidade não está no... Está é na maneira como o projeto foi escrito, ele extrapola o Poder Legislativo e nós aqui, enquanto vereadores, é o que eu entendo, é o que eu entendo, eu não estou aqui para votar para... Ah, estou votando contra o Guarda Municipal não, eu estou votando à luz da lei, que esse é o



papel do vereador, votar à luz da lei. Então, eu acho que isso tem que ficar bem claro, nós não estamos, de maneira alguma, votando contra o Guarda Municipal, contra a Instituição Guarda Municipal, de jeito nenhum. A gente sabe dos serviços prestados pela Guarda Municipal. Então, eu endosso as suas palavras, viu, vereador Silvânio Aguiar, é isso mesmo, nós não estamos votando aqui contra a Guarda Municipal, de maneira alguma, nós estamos votando à luz da lei, nós estamos analisando a lei, o que ela está dizendo e não se ela está para agradar A, B ou C. Eu concordo quando o senhor fala que, em momento algum, o Guarda Municipal que vai ficar após as dezenove horas, ele não tem como receber isso não. Tem e ele não vai deixar de receber não. Batendo ponto biométrico ou não, ele vai estar recebendo porque ele vai pegar o direito, ele vai estar em cima do direito dele, hora trabalhada é hora paga. Então, isso aí está muito claro. Então, é deixar bem explícito que nós não estamos... Eu não estou votando contra a Guarda Municipal, não estou votando contra o vereador, companheiro Flávio de Almeida, eu estou analisando o projeto de lei, o projeto de lei. Então, é isso que eu estou votando. E eu gostaria de dizer para você, vereador Silvânio Aguiar, que há quinze dias atrás, nós perdemos um grande filósofo e escritor italiano, Umberto Eco. E esse escritor, ele dizia... Ele dizia... Ele falou o seguinte, que antes de existirem os Facebook's, as internets; não é? Poucas pessoas utilizavam de instrumentos para poder expor os seus pensamentos, hoje, com essas redes sociais abertas, nós encontramos pessoas inteligentes que colocam o seu parecer, mas encontramos também pessoas imbecis que colocam o seu parecer. Então, não fique triste com isso não; viu, vereador? A gente tem que votar é, realmente, de acordo com a nossa consciência, de acordo com aquilo que nós acreditamos. Obrigada". O vereador Gilson Antônio Marques: "questão de ordem, Senhor Presidente". O Senhor Presidente: "próximo voto". O vereador Gilson Antônio



Marques: “antes do último voto”. O Senhor Presidente: “vamos encerrar, vereador. Vou dar ao senhor a palavra, vamos ser breves porque já foi discutido. Com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “nós temos quase duas horas de reunião ainda, não vamos correr não porque senão atropela as coisas. Eu queria fazer uma colocação aqui. Servidor, servidor, me corrijam se eu estiver errado, segurança é ampla, que eu nem tenho competência para discutir, tamanha amplitude da segurança. O motorista tem que fazer a segurança de quem ele transporta, dirigir com segurança. O médico tem que assegurar, dentro do possível, a vida do paciente que está na mão dele lá. O enfermeiro... E sucessivamente. Agora, vamos falar de servidor. Alguém marca hora para morrer? Não. E o cozeiro, como é que fica nessa? A enfermeira que está lá no atendimento? E o médico? O motorista? Na semana passada teve uma discussão ferrenha aqui em plenário por causa de esgoto a céu aberto em toda a cidade, e o operador daquele serviço? Todos são servidores públicos, gente. Se fizer para um, tem que fazer para todos. Ou quebra esse relógio biométrico, ou coloca todo mundo para bater, essa é a minha opinião. Agora, vota o voto, vencido serei, mas, como diz o vereador Silvânio, como diz a vereadora Ângela, consciência é de cada um. Muito obrigado”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “meu voto é contra”. O Senhor Presidente: “o veto foi derrubado por seis votos a três”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, justificativa”. O Senhor Presidente: “justificativa de voto, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “eu queria agradecer o vereador Alessandro Bonifácio, queria agradecer o vereador Fausto Niquini, o vereador Leci Campos, o vereador Pastor André, o vereador, Presidente desta Casa, José Guedes. E gostaria de dizer para a vereadora Ângela, Silvânio Aguiar e Gilson Marques que nós, a família de segurança



pública, da Guarda Municipal, nós respeitamos o voto de cada um desta Casa. Obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Já foi votado, já foi aprovado, mas vale ressaltar aqui que, por um momento, eu quis não concordar com essa... Não concordar... Votei porque eu concordo realmente com essa dispensa, não vejo necessidade, mas eu quis não concordar quando Silvânio falou que foi ameaçado. Eu sei que na maioria das instituições tem sempre aquelas peças que queimam a imagem. Sei que, claro, a Guarda é composta, na sua maioria, por pessoas de índole, pessoas comprometidas inclusive com a sociedade, mas é importante detectar esse tipo de gente porque o voto tem que ser respeitado realmente; entendeu? É importante detectar. Eu estou dizendo assim... Eu estou dizendo porque quando aconteceu, eu me senti assim... Se eu fosse... Eu queria não concordar para poder votar contra, queria não concordar justamente por conta desse negócio da ameaça, que eu não gosto desse tipo de coisa. Eu sei que a maioria, sei que nem deveria estar falando isso, porque a gente sabe que é sempre... Tem sempre... Toda instituição tem sempre uma pecinha que trabalha contra, mas é importante falar, vereador soldado Flávio, só para poder... Aqueles que são, realmente, a maioria, detectar. Porque, principalmente num momento como esse, uma atitude errada pode jogar por terra todo um projeto que, de repente, já está até ganho. Entendeu? É só para ficar o alerta mesmo. A Guarda tem o meu respeito, a Guarda, a Guarda séria. Mas se tiver bandido, bandido tem tratamento de bandido, independente de farda ou de qualquer outra coisa. É só para deixar bem claro isso”. O vereador Flávio de Almeida: “me concede um aparte? Eu tenho certeza que... Absoluta do que estou falando, que eu comandi os meninos por um bom período da minha vida e, diga-se de passagem, um dos melhores períodos que eu tive na vida, e olha que eu passei por todas as forças de segurança, e passei com êxito porque eu sou



bom naquilo que eu faço no quesito segurança, talvez nos outros não. Mas olha para o senhor ver a importância de a gente hoje criar a Inteligência da Guarda; hein? Porque eu tenho certeza que quando for ver, não partiu de nenhum guarda aqui, porque conheço o caráter de cada um deles, conheço a capacidade de cada um deles, sei da honestidade. Mas o seu voto foi, assim, de uma importância, você pode ter certeza que nós reconhecemos ele. Obrigado”. O Senhor Presidente: “coloco em votação o Veto integral, autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 1.546/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a aplicação e divulgação periódica de pesquisa de satisfação junto aos usuários do Sistema Municipal de Saúde e dá outras providências”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, eu gostaria de não é solicitar não, é implorar aos meus pares para que quebrassem esse veto integral do prefeito. Esse projeto de minha autoria possibilitará identificar as lacunas e deficiências do sistema de saúde. Em nenhum momento o meu projeto fala em contratação de empresa de publicidade e instituto de pesquisa. O prefeito alega aqui: ‘para realização periódica de tal pesquisa de satisfação, bem como sua divulgação, o Executivo Municipal ver-se-ia obrigado a contratar periodicamente instituto de pesquisa, além de comprar espaços nos meios de publicidade para divulgação do resultado’. Em nenhum momento o meu projeto fala disso, bastava uma caixinha de madeira com um cadeado, um bloquinho de anotações e uma caneta. É o que nós podemos ver em várias entidades que nós vamos, está lá, caixinha de sugestões. Mesmo porque ele vive divulgando aí que a saúde de Nova Lima é nota dez. Então, eu acho que seria ótimo para ele; não é? Se tivesse mil avaliações por mês, seriam mil avaliações positivas, seria ótimo ele divulgar. Aí poderia até divulgar, ‘saúde nota dez não, nota mil’. E eu gostaria, inclusive, de estar lá votando, dando a minha opinião positiva. Não estou aqui malhando



a saúde de Nova Lima não, mas eu acho que é muito importante, é um excelente parâmetro, seja em Bicalho, seja no Jardim Canadá, seja nos bairros da periferia, seja no centro, é um excelente meio de controle essa pesquisa, é um excelente meio. Se tem um posto de saúde que não está bem, estariam lá as críticas construtivas. Eu acho que foi de suma falta de inteligência mesmo do prefeito de vetar esse projeto de lei meu. Então, eu venho aqui implorar para os meus pares que quebrem, por favor, esse veto do prefeito. Muito obrigado. Para mim está faltando é criatividade do Executivo exatamente nesse momento de crise. A gente está aqui criando leis para tentar ajudá-lo e ele está vetando. Então, fica aqui a minha indignação. Eu conto com o voto de vocês. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “em votação, primeiro voto”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Flávio de Almeida”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, o Senhor não consultou o Plenário se vai ser aberto ou fechado”. O Senhor Presidente: “já consultei. Já consultou, vereador”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ah, desculpa”. O vereador Flávio de Almeida: “eu voto com o vereador Fausto, porque acho que é um pouquinho de boa vontade, um papelzinho na mão e uma caneta resolve isso aqui. Então, faltou foi boa vontade, ou talvez também eu até consigo entender; não é? A cidade da maneira que ela está, está faltando papel e caneta. Então, eu voto contra o veto”. O Senhor Secretário: “vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereador Fausto Niquini, como eu não concordo com a forma que a pauta foi feita e já havia ratificado aqui a minha posição, e não quero votar contra esse projeto porque entendo que ele é de suma importância para a cidade, eu vou pedir vista desse projeto. Semana que vem... Com essa pauta que está aqui, eu não voto”. O vereador Fausto Niquini: “o senhor me dá um aparte?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “toda”. O vereador Fausto Niquini: “eu fico muito satisfeito; viu,



vereador Gilson? Porque o senhor mesmo é um que... Não é? Várias vezes o senhor já fez... Já fez críticas; não é? Ao sistema de saúde. Eu acho mais do que justo; não é? O senhor pedir vista e...”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte, vereador?”. O vereador Fausto Niquini: “e eu tenho certeza absoluta, vereador Gilson Marques, que semana que vem o senhor está votando”. O vereador Flávio de Almeida: “não. Vereador, me concede um aparte?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só responder a ele aqui que eu concedo. Eu fiz um compromisso aqui com o vereador Flávio que ele não quis, de pedir vista nos outros três e votar com a Guarda na semana que vem, ele preferiu que eu votasse contra; tá? E eu disse que nessa pauta eu não voto, então, eu não quero votar contra esse projeto e está pedida a minha vista até semana que vem”. O vereador Flávio de Almeida: “você me concede, me dá um aparte?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “todo”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, essa noite a gente muito ouviu falar assim: juridicamente. Eu ouvi a vereadora que eu respeito muito, a força do direito, a luz do direito, alguma coisa assim. Veja bem os senhores, hein? Nesse exato momento de votação não cabe mais”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “a vista. Ou então, o Regimento desta Casa nós vamos hoje esquecer ele. Não. Iniciou a votação, eu já votei. Eu já votei”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu iniciei o pedido de vista... Vai abrir o Regimento aí, por favor”. O vereador Flávio de Almeida: “não, eu já comecei, eu já votei”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o pedido de vistas é quando abre a votação”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor não me entendeu”. O Senhor Presidente: “vereador, está fora do momento”. O vereador Flávio de Almeida: “é porque o que a Mesa vai fazer com o meu voto? Vai guardar para a semana que vem? Eu votei já”. O Senhor Presidente: “já votou”. O vereador Flávio de Almeida: “eu já votei”. O



vereador Gilson Antônio Marques: “é porque colocou individual, vereador, e a minha vez de votar foi agora, eu não pude votar na sua frente, então... Na frente do senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “não... Na discussão anterior”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu não concordo com isso não”. O Senhor Presidente: “vereador Flávio, o vereador Gilson teria que ter pedido antes de o senhor ter votado. Então, já está em andamento, eu não posso voltar atrás”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, a prerrogativa é do Senhor, amanhã está ajuizada esta causa, pode ter certeza disso, o Senhor vai ter trabalho com isso”. O Senhor Presidente: “não vou ter não”. O vereador Gilson Antônio Marques: “é um direito meu, o Senhor colocou o voto individual e eu não posso atropelar o meu colega, ele foi colocado para votar antes de mim, eu sou obrigado a respeitar o voto dele e votar na sequência. Eu não votei primeiro para depois pedir vista não. O Senhor está equivocado, eu tenho absoluta certeza disso. E eu vou correr atrás dos meus direitos”. O Senhor Presidente: “eu tenho certeza que estou certo, o senhor que está equivocado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “então, tudo bem, se o Senhor tem o direito, faça como o Senhor achar. Quero que registre em Ata, amanhã está ajuizada essa causa do meu pedido de vista”. O Senhor Presidente: “próximo voto. Eu tenho certeza que estou certo, o senhor teria que ter pedido a vista antes de o vereador votar. Próximo voto”. O Senhor Secretário: “próximo voto, vereador Silvânio Aguiar. Eu vou ser coerente com a minha votação, vereador... Não, mas ele não vai votar”. O Senhor Presidente: “não, não votou não...”. O Senhor Secretário: “vereador Gilson, eles estão pedindo aqui, por uma questão de ordem, que o senhor faça a manifestação com relação ao seu voto”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu vou manter o meu pedido de vista e vou buscar o meu direito na justiça”. O Senhor Secretário: “perfeito, vereador”. O Senhor Presidente: “o vereador tem que



votar sim, não ou abster”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu estou votando com o pedido de vista, vereador, é um direito meu. Senhor Presidente, se o Senhor acha que está errado, puna-me. Eu vou buscar o meu direito na justiça. Eu estou pedindo vista e está pedida a minha vista. Ponto final da minha palavra”. O Senhor Presidente: “o senhor tem o direito de votar contra, a favor ou abster do voto”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu faço da minha cadeira o que eu quiser”. O Senhor Presidente: “o senhor não faz não, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu estou pedindo vista...”. O Senhor Presidente: “o senhor está errado, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “acione o meu gabinete porque eu vou acionar o Senhor”. O Senhor Presidente: “eu vou pedir ao senhor que ponderasse aí, o senhor está errado, vereador. O senhor não quer ponderar”. O vereador Gilson Antônio Marques: “até que eu consulte o meu jurídico, eu não me considero errado, então eu vou manter o pedido de vista; está certo?”. O Senhor Presidente: “então, está bom”. O vereador Gilson Antônio Marques: “O Senhor está negando a vista, o senhor não tem direito de negar a vista, o senhor está negando”. O Senhor Presidente: “próximo voto... Já está negado, o senhor não tem o direito não. Está negado, o senhor sabe que o senhor está errado nisso aí. Próximo voto”. O Senhor Secretário: “vereador Silvânio Aguiar. Eu vou votar com o veto do prefeito, mais uma vez, repetindo, eu concordo, vereador, fazer uma pesquisa de satisfação é extremamente importante sim, mas mais uma vez, eu não estou analisando a necessidade ou não da pesquisa de satisfação e analisando sim o vício de iniciativa do projeto de lei. Concordo com o senhor, o senhor está de parabéns, eu acho que a cidade perde com o meu voto no sentido de não ter a pesquisa... Aliás, vai ter a pesquisa, mas do ponto de vista da legislação, com certeza, eu vou votar com a minha consciência. E eu vou, vereador, fazer uma crítica, é lógico e evidente, muito respeitosa à sua questão



da pesquisa. Veja bem, eu quero acreditar que qualquer pessoa que entenda um pouquinho de pesquisa, sabe que não adianta pôr uma caixinha lá e votar na caixinha, afinal de contas, isso talvez nem teria necessidade de uma lei para que se fizesse isso, eu penso que a caixinha não seria mesmo a solução mais interessante nesse sentido. Ainda que eu entenda que seja uma iniciativa louvável, eu, quando fui secretário de desenvolvimento econômico, tinha uma caixinha lá na nossa secretaria em que a gente pegava aqueles... O resultado que tinha lá dentro, analisava e a gente melhorava o nosso serviço de acordo com aquilo que a gente tinha ali. Mas, vê bem, isso não tinha a prerrogativa da lei, ou seja, não tinha um instituto por trás daquilo que pudesse... Eu podia manipular, inclusive, isso. Se o administrador não for sério, ele pode manipular isso. Então, eu penso que a pesquisa tem que ser feita sim através de um instituto e tal. Ainda que eu respeite sim o seu posicionamento, penso que a caixinha seria uma solução, em algum momento, para que aquele equipamento público ali; não é? Pudesse ser monitorado, mas a pesquisa vai além, com toda certeza, dessa caixinha, nesse sentido assim... E se fosse a caixinha, eu volto a repetir, seria inadequado criar uma lei com o objetivo só de colocar uma caixinha lá e a gente, então... Mas é uma crítica respeitosa, eu sei que o senhor, quando falou isso, o senhor quis sim fazer uma referência da possibilidade de se fazer isso com muita criatividade e que se tivesse resultados positivos para a saúde, para o município e a gente precisa mesmo disso”. O vereador Fausto Niquini: “o senhor me dá um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “agora”. O vereador Fausto Niquini: “eu acho que é uma maneira, é o início de oficializar realmente uma lei; não é? Passa a ser uma lei. E a partir do momento que não é lei... E outra coisa, senhor vereador, é o seguinte, eu parto do princípio que a Secretária de Saúde hoje é uma pessoa séria, tá? Eu tenho certeza absoluta que ela não



iria manipular pesquisa não, tenho certeza, tá? Agora, eu acho que isso é o básico, não é? Isso é o básico. Eu acho que é de muita valia sim, sabe? Pode ser mesmo uma caixinha com cadeado na recepção, eu acho que não teria problema nenhum não, desde que contabilizado por pessoa séria. Eu tenho certeza que, como eu disse, críticas construtivas, não é? Então, vem de tudo lá dentro da caixinha. É a falta de médico, é o atraso de exame, faltando um mês, dois meses para marcar exames, não é? Falta de médico, cirurgias... Demanda reprimida de cirurgias, exames complementares, está certo? Tenho mesmo um conhecido meu no Retiro que está há cinco meses aguardando um eco cardiograma, um eco cardiograma. Então, coração é uma bomba, se ele para, o indivíduo, o cidadão morre, não é? E eu tenho certeza que o médico para ter solicitado um eco cardiograma dele... Medicina não é brincadeira não, vereador. Medicina é coisa séria, está certo? Eu tenho certeza que se o senhor estivesse com uma solicitação de eco cardiograma, o senhor saia era correndo para fazer. Então, o que eu vejo hoje nas ruas é indignação, insatisfação da população. Cadê a saúde nota dez? Tudo bem, tem muita coisa boa, não nego não, mas tem muita coisa que precisa melhorar. E eu sou médico, vereador, eu tenho... Aqui ô, até hoje eu estudei na vida, então eu tenho que defender, sabe? Do que eu entendo. Não entendo de motor de turbina de avião, mas de medicina eu entendo, está certo? Então, eu exijo, como vereador, como fiscalizador dessa Casa, eu exijo que seja assim. Eu acho interessante que as pessoas... Ao invés de as pessoas virem no gabinete do Leci, do pastor André, do José Guedes, no seu, faz as queixas lá, em cada posto de saúde, individualizadas. Lá mesmo no Bela Fama, não é isso? Eu acho que é de suma importância. Então... Não acabou a votação, eu não posso agradecer”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador... Vereador, é justamente porque eu acredito que a secretária de saúde, que o senhor citou, é uma pessoa séria que eu falei que,



talvez, não fosse tão necessária uma pesquisa com força de lei, uma vez que nós já temos uma lei, não é? A lei de transparência, por exemplo, é uma lei que prevê essas questões da divulgação, e a gente... Eu, pelo menos, desde o início do mandato aqui, falo da lei de transparência e a gente sabe que essas coisas não acontecem. Então, é justamente por que eu acredito que a secretária é uma pessoa muito séria que eu realmente... Não sou contra, mais uma vez vou falar, ao projeto. Tem que ter a pesquisa, eu sou contra a iniciativa dele. Vou falar mais uma coisa com o senhor, senhor vereador, e falar com todo o povo de Nova Lima e com os nossos vereadores que aqui estão, quando o senhor fala da saúde nota dez, eu também critiquei muito. Quando a gente fala de várias ações aí na Administração Municipal, falei demais aqui e foi justamente por isso que eu achei um absurdo que nós arquivássemos aquela CPE, porque era o momento que o prefeito teria para esclarecer essas questões. Em momento nenhum naquele dia ali, eu estava condenando o prefeito não, a gente queria que tivesse uma apuração mais séria para a gente entender porque que essa saúde nota dez não é tão dez assim. Mas de qualquer maneira, eu já dei a minha justificativa e...". O vereador Fausto Niquini: "o senhor me dá um aparte? O Senhor Presidente: "o voto do senhor" O vereador Fausto Niquini Ferreira: "Senhor Presidente". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "meu voto é a favor do veto do prefeito". O vereador Fausto Niquini: "o senhor me dá um aparte? Eu acho que o senhor tem mil e uma razões para me questionar porque eu arqueei a CPE, porque se o Cassinho tivesse sido cassado, quem assumiria o poder seria a sua... A vice-prefeita que é do partido do senhor, não é? Então, está aí, talvez, o questionamento do senhor". O Senhor Presidente: "vamos discutir dentro da pauta, por favor. Próximo voto". O Senhor Secretário: "vereador José Geraldo Guedes". O vereador José Guedes: "eu gostaria de dizer que se tivesse, realmente, a caixinha com



cadeado lá, o prefeito estaria frito porque colocar em outdoor, na imprensa, que a saúde de Nova Lima é nota dez é brincadeira. O que eu ouço de reclamação sobre a saúde de Nova Lima é brincadeira. Então, o prefeito tentou vetar porque ele seria massacrado pelo povo de Nova Lima nessa pesquisa. Não vou alongar mais, eu voto contra. Próximo voto”. O Senhor Secretário: “voto do vereador...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu quero só...”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “apesar da insistência de Vossa Senhoria, eu quero lembrá-lo que esse projeto não foi colocado em discussão, ele foi colocado em votação direto, por isso que aconteceu esse problema da vista aí. Já pedi uma cópia do áudio ali, está certo?”. O Senhor Presidente: “vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “bom, está falado o meu recado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é porque fui eu que indaguei tudo isso, não é? Não saí em defesa do meu amigo ali não. Não foi defesa não, vereador. É o Regimento. O veto é único, votação única, ele não cabe vista, é só isso”. O Senhor Secretário: “voto do vereador André Luiz Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu voto contra o veto. Só para justificar, também não vejo problema nenhum em se fazer uma pesquisa, também não vejo muita dificuldade para se fazer... Para se colocar, se implantar isso. Entendo que isso realmente colabora. É normal uma empresa buscar, procurar satisfazer a vontade do cliente, que é o seu principal gerador de lucro, sua principal fonte ali, seu principal objetivo. E é comum as empresas adotarem um sistema de pesquisa de satisfação. No caso aqui não é cliente, no caso aqui é o patrão, que é a população. Então, não tem como ir contra um projeto desse não. Eu voto contra o veto”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Leci Alves Campos”. O Senhor Presidente: “o voto do senhor?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “contra o



veto”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O vereador Leci Alves Campos: “bom, Senhor Presidente, qualquer administrador de empresa sabe que uma pesquisa é uma excelente ferramenta de avaliação de resultado, até mesmo quem não é administrador. Um político, por exemplo, gosta de ver uma pesquisa, se ele tem chances de ganhar a eleição. Aí, se ele tem chance, ele candidata, se ele não tem chance, ele não candidata. Então, o político acredita em pesquisas. Então, quer dizer, é importante uma pesquisa. Nesse final de semana circulou em alguns jornais da cidade, semanários, uma página inteira cumprimentando o município que recebeu, se não me engano, o prêmio de mérito de gestão pública, foi através de uma pesquisa, foi mais de sessenta por cento que votaram a favor desse prêmio. E eu, aliás, não conheço ninguém que votou, mas no jornal estava escrito, mais de sessenta por cento votou a favor desse prêmio para a cidade, mérito de gestão pública. Então, a gente entende que, realmente, é importante uma pesquisa. Agora, o meu voto é contra o veto, sabe porquê? Porque eu acho que o problema não é a pesquisa, o problema é o resultado dela. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O Senhor Secretário: “voto do vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “voto contra o veto e só para encerrar o assunto, eu gostaria de deixar claro aqui que teve, realmente, um parecer, um parecer de uma comissão composta por três vereadores de arquivamento da CPE e esse parecer veio para o Plenário, e aqui mais sete vereadores votaram a favor do parecer da comissão. Então, não foi esse vereador aqui que arquivou não, foi essa Casa Legislativa que arquivou, com a votação de sete vereadores. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, talvez na minha fala, o senhor não tenha prestado atenção, eu não falei que foi o senhor não, e falei que é por isso, olha a minha fala, vou repetir ela exatamente: é por isso que eu não gostaria que aquela CPE tivesse sido arquivada...”. O Senhor



Presidente: “gente, vamos falar na pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele só me citou, eu estou só explicando”. O Senhor Presidente: “senão a reunião não termina hoje”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, mas o assunto surgiu de mim. Foi por isso que eu votei, em função de eu imaginar que seria um momento muito oportuno para o prefeito se manifestar e colocar as suas questões em tese. Bom, vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, seu voto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu vou votar a favor do veto do prefeito, eu não estou votando contra o vereador Fausto Niquini. Tenho que concordar com as palavras do vereador Leci Alves Campos, quando fala da importância de uma pesquisa, realmente, que extrapola só aquelas opiniões que se colocam ali naquela caixinha; tá, Leci? Então, concordo com você. Eu acho que essa pesquisa, realmente, é que vai dar, que vai mostrar, realmente, o retrato fiel do que está acontecendo com a saúde, com a educação, com a segurança no município de Nova Lima. Então, eu vou votar a favor do veto do prefeito, não estou votando contra o senhor não; viu, vereador? Eu tenho muito respeito pelo senhor, sei da sua capacidade e da sua sensibilidade quando se diz assunto de saúde; está certo?”. O Senhor Presidente: “próximo voto”. O Senhor Secretário: “vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “contra o veto”. O Senhor Presidente: “sete votos favoráveis... Sete votos. O Gilson não votou. Sim... Seis votos favoráveis e dois...”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “me dá licença. Seis votos contra... Seis contra o veto do prefeito, dois a favor e o vereador Gilson não votou”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer aqui a sensibilidade e os votos dos colegas vereadores soldado Flávio, o Gilson porque eu tenho certeza que o coração dele pediu ali que votasse a favor da pesquisa, o Presidente desta Casa, vereador José Geraldo Guedes, o vereador pastor André, o vereador Leci



Campos, tenho certeza também que a vereadora Ângela Lima; não é? Lá no fundinho... Eu acho que é de grande valia essa avaliação, mas agradeço também a exposição da senhora, e o vereador, também, Alessandro Coxinha. Quem ganha com isso não é o vereador Fausto Niquini não, doutor Fausto Niquini não, quem ganha com isso é a população de Nova Lima. Essa é a satisfação minha, satisfação nossa, dessa Casa Legislativa. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “o veto foi derrubado pro seis votos a dois, o vereador Gilson não votou”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereador Fausto, o senhor disse bem, eu disse que votaria o projeto na semana que vem e votaria porque concordo com essa pesquisa. Não concordo com a Ata, não concordo com essa questão do pedido de vista e, portanto, fui obrigado a não votar; tá? Mas eu vou acionar o jurídico e eu tenho certeza que vai derrubar não é só isso não, porque essa pauta está inconstitucional com certeza absoluta”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

- 1) Projeto de Lei nº 1.563/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dá nova redação ao ‘caput’ do artigo 5º da Lei Municipal nº 2.102, de 20 de julho de 2009”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, esse projeto...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “esse projeto de minha autoria, 1.562, queria pedir Vossa Senhoria que consultasse o Plenário, dispensa de interstício para a segunda votação ainda hoje. O vereador Leci Alves Campos: “não votou nem a primeira”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, mas eu estou pedindo porque aí já...”. O Senhor Presidente: “ele está pedindo”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “adiantado, vereador”. O Senhor Presidente:



“consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e segunda votação do Projeto 1.562, solicitação do vereador Alessandro Bonifácio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão, nove votos”. 2) Projeto de Lei nº 1.562/2015, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre o direito à dispensa do Registro de Ponto Biométrico pelos motoristas municipais de ambulâncias”. Em discussão, o vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente, eu pedir vista desse projeto”. O Senhor Presidente: “concedida a vista ao vereador Gilson Antônio Marques”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Houve uma confusão, ele pediu para votar em segunda votação o projeto dele, aí o Senhor entendeu, e com toda razão porque o Senhor estava votando era o projeto de Gilson, o Senhor entendeu que era o projeto de Gilson, aí nós já votamos...”. O Senhor Presidente: “não senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não”. O Senhor Presidente: “o 1.562. O de Gilson já foi votado, vereadora. O vereador Gilson... Só trocou a ordem aqui”. O vereador Gilson Antônio Marques: “não, senhor, eu pedi vista do 1.562”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é isso. Só que aí, Gilson tinha pedido para votar em segunda votação? Não tinha”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o 1.562 é do vereador Alessandro Coxinha”. O vereador Leci Alves Campos: “pois é”. O Senhor Presidente: “só mudou a ordem. O 1.562, projeto do vereador Alessandro Bonifácio, foi concedida vista ao vereador Gilson Marques”. 3) Projeto de Lei nº 1.564/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dispõe sobre a gratuidade de estacionamento rotativo de veículos automotores nas vagas destinadas para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e idosos no município de Nova Lima na forma que menciona e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. 4) Projeto de



Lei nº 1.565/2016, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Institui o Dia Municipal dos Protetores de Animais”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, considerando a aprovação do Projeto de Lei 1.565 em sua primeira votação, eu gostaria que consultasse a Casa para que fizesse a segunda votação nesta noite”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Leci Alves Campos. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado o pedido do vereador, nove votos. Em sua segunda votação o projeto de autoria do vereador Leci Alves Campos, Projeto de Lei 1.565, em discussão, segunda discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer ao vereador Flávio, vereador Gilson, vereador Alessandro, vereadora Ângela, vereador Fausto que é um grande apoiador da classe aí, vereador Silvânio, vereador José Guedes, vereador André, pela aprovação desse projeto. É uma forma que a Casa do povo tem de valorizar a disponibilidade e o voluntariado das pessoas que cuidam dos animais, muito obrigado”. O Senhor Presidente: “encaminho à sanção”. 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 316/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Osvaldo Wiermann Júnior”. Em única votação, aprovado por nove votos, encaminhado à promulgação. 6) Projeto de Decreto Legislativo nº 317/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Raimundo Xavier da Silva”. Em única votação, aprovado por nove votos, encaminhado à promulgação. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu queria aproveitar o momento, primeiro agradecer pelo bom debate de hoje, isso só torna a gente mais sábio para o dia de amanhã, a gente aprende com a



votação e se prepara para as próximas votações. E gostaria também de parabenizar a funcionária Rúbia pela passagem do seu aniversário e dizer que ela bate recorde aqui na Casa, ela não falta em nenhuma reunião. Então, meus parabéns”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “sim, senhor, com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “antes de o senhor entrar na terceira parte, eu queria pedir ao Senhor permissão para fazer dois comentários, um comentário e um requerimento fora de pauta porque eu preciso sair”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, o senhor importa? Eu já tinha conversado com o Presidente que eu precisava de votar uma moção de pêsames porque eu tenho um compromisso em Belo Horizonte, estava marcado para as nove horas, já estou hiper atrasado. Aí então, se o senhor não importa, antes de entrar nessa parte do senhor, fazer só a votação de uma moção de pêsames, por favor”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sem problema”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Maria Auxiliadora de Moraes, em nome da sua filha Sra. Felícia Maria de Moraes Pessoa, residente e domiciliada à Rua Rubens Costa Lima, nº 112, Bairro Bom Jardim em Nova Lima. Aprovado, nove votos. O Senhor Presidente: “o senhor pediu?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria fazer um comentário e depois um requerimento verbal antes de entrarem os oficiais. O comentário é o seguinte, eu queria só fazer um alerta, eu estou percebendo aqui já há alguns meses, semanas, sei lá ao certo, que as Comissões Especiais são montadas sempre pelas mesmas pessoas, sempre pelos mesmos três pares, ou seja, exceto quando um é relator e não pode ser, então muda alguma coisa, sempre os mesmos três, então os pareceres são sempre da mesma... Saem



da mesma raiz. Isso... Eu queria deixar um manifesto que eu sou contrário a isso, eu acho que devia... A prerrogativa é do Senhor, com todo o respeito, mas eu acho que devia... A Casa devia ter mais liberdade e quando o Senhor nomeia sempre os três mesmos pares para as Comissões Especiais e o Senhor pode consultar nas Atas aí, eu acho que tira a liberdade da Casa, essa é a minha posição. É apenas um comentário. Segundo, eu queria fazer um requerimento verbal...”. O Senhor Presidente: “vereador, após os requerimentos que estão escritos, o senhor poderá fazer. Próximo requerimento, gabinete do vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou tirar esse requerimento, porque eu vi que eu tenho quatro... Eu vou tirar esse requerimento porque eu vi que tem quatro requerimentos meus aí”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, antes de o Senhor ler então, eu peço permissão para me retirar e eu farei o requerimento, por escrito, à Vossa Excelência na próxima semana”. O Senhor Presidente: “se o senhor tiver a necessidade de retirar...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim, com certeza”. O Senhor Presidente: “eu posso abrir exceção”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o senhor sabe que eu não saio aqui atoa”. O Senhor Presidente: “não, mas o senhor não disse, eu não adivinho que o senhor...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “se eu estou pedindo é porque eu preciso, eu não saio daqui atoa”. O Senhor Presidente: “não, não senhor. O senhor não me avisou que o senhor tem que sair não. O senhor pode fazer o requerimento verbal”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vou fazer?”. O Senhor Presidente: “pode fazer”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu... Com esse problema desses processos que eu venho atravessando aí, todo dia uma pessoa quer uma entrevista, todo dia uma pessoa quer entrevista, as redes sociais, os rádios, os jornais e apesar de o meu colega ter



pedido para encerrar esse assunto, eu também gostaria de encerrar esse assunto, eu queria pedir ao Senhor, encarecidamente, que colocasse em Plenário aí, para mostrar ao povo, quanto é que custou essa bendita assessoria da CPI e também o contrato de advocacia porque todo dia tem uma pergunta. Sábado mesmo, fui dar uma entrevista na Rádio Nova Lima, diversos ouvintes ligaram lá dizendo que custou trezentos mil uma assessoria, que custou cento e vinte mil um advogado e eu, na qualidade de vereador, não tenho conhecimento quanto custou isso, nem se é certo, nem se é errado, nem se está barato, nem se está caro. Então, eu gostaria que esse meu requerimento fosse colocado em aprovação, em votação e, se aprovado for, que o Senhor, como Presidente desta Casa, esclarecesse ao público isso, para ver se matava esse assunto de uma só vez”. O Senhor Presidente: “eu só posso adiantar o seguinte, que a contratação foi através de licitação, não tem problema nenhum, vou colocar o requerimento do senhor em discussão. Está em discussão o requerimento do vereador Gilson Marques, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por oito votos. Oito? Oito votos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “muito obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Silvânio Aguiar”.

2) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo o reparo na iluminação da Praça Emília Duarte Gonçalves, no Areião do Matadouro. Aprovado por sete votos. 3) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Senhor Presidente seja enviada moção de pesar à família enlutada da Sra. Ele Severino Cornélio, residente à Rua Campo Alto, nº 14, Bairro Centro / Nova Lima. Aprovado por sete votos. 4) Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a colocação de iluminação pública composta de quatro postes na Av. Renato Avelar Azeredo, perto da ponte de Bicalho. Após a leitura do requerimento de autoria do vereador José Guedes, o Senhor



Secretário: “não temos quórum; não é, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “podia avisar aos vereadores que está sem quórum, colaborar, está terminando. O vereador tem a obrigação de contar. É brincadeira; não é? A gente tem uma reunião exaustiva aqui o tempo todo, faltando minutos para terminar... Então, está encerrada por falta de quórum. Isso eu acho uma falta de respeito”._____